CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

SECRETARIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 012/2014

EXERCÍCIO: 2014

PROCESSO: 078/2014

VETO TOTAL

Ofício nº. 513/2014-GP
Protocolado nesta Casa
no dia 02/12/2014

Acatado o Veto Total, Em Sessão Ordinária, realizada no dia 02/02/2015

Foi Acatado o Veto

ASSUNTO: "DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AUTORIA: VEREADOR APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA.

PROTOCOLO: 562/2014 **QUORUM:** MAIORIA ABSOLUTA

ATUAÇÃO

Aos **02** dias do mês de **outubro,** nesta cidade de Holambra, na secretaria Municipal, autuo presente processo como diante se vê. Do que para constar, faço este termo.

Eu, **PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL, VEREADOR/PRESIDENTE**, a subscrevi.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2014

DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprova:

Art. 1º - Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) o proprietário de um único imóvel residencial, utilizado exclusivamente como sua residência, com renda familiar total de até 06 (seis) salários-mínimos mensais, e portador de alguma das doenças graves relacionadas por esta Lei.

§ 1º - Para efeitos desta Lei são consideradas as seguintes doenças graves:

I - neoplasia maligna (câncer);
II - síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS),
III – insuficiência renal crônica.

§ 2º - A isenção referida no *caput* estende-se ao proprietário de imóvel que seja cônjuge ou responsável legal por pessoa diagnosticada como portadora de alguma das enfermidades referidas no parágrafo anterior e que resida no imóvel.

Art. 2º - O pedido de isenção deverá ser feito assim que comprovada a moléstia, e a isenção será concedida proporcionalmente ao período de tratamento da pessoa acometida pela enfermidade referida no artigo anterior, independentemente da data de protocolização do requerimento em que pleitear o benefício fiscal, devendo ser atualizada anualmente.

Art. 3º - Para obter a isenção do IPTU, o contribuinte deverá protocolar requerimento junto à Prefeitura, acompanhado da seguinte documentação:

I - cópia da carteira de identidade ou outro documento com foto, acompanhado do original;
II - comprovante de renda familiar total de até seis salários-mínimos

Fl. Nº 001/2014
Processo 078/2014

DESPACHO

GP em 02 de outubro de 2014

1) Ciente,
2) Cópia aos Vereadores;
3) Encaminhe-se à Comissão competente para manifestação no prazo regimental

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Fl. Nº 002/2014

Processo 078/2014

II - comprovante de renda familiar total de até seis salários-mínimos mensais;
III - cópia da matrícula atualizada do imóvel do Cartório de Registro de Imóveis ou documento que comprove a sua propriedade;
IV - cópia da capa do carnê do IPTU;
V - atestado e/ou laudo médico comprovando a enfermidade, assinado por médico, pertencente ao Sistema Único de Saúde (SUS), devidamente identificado por seu registro profissional, emitido na conformidade das normas dos Conselhos Federal e Regional de Medicina, com identificação de patologia consignada no Código Internacional de Doenças (CID), e descritivo dos sintomas ou do histórico patológico pelo qual se identifique que a pessoa ou dependente seu é portador das enfermidades previstas nesta Lei,
VI - comprovação de ser o cônjuge ou responsável legal, quando couber.

Parágrafo único - Em caso de falecimento do proprietário do imóvel, o cônjuge sobrevivente portador de alguma das patologias referidas por esta Lei deverá apresentar, também, certidão de casamento e certidão de óbito, quando ainda não possuir Formal de Partilha.

Art. 4º - Caso ocorrer o óbito do portador de alguma das patologias referidas e beneficiado por esta Lei, a isenção será automaticamente cancelada.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, para sua melhor aplicação.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fl. Nº 003/2014 Processo 078/2014

Sala das Sessões Vereador Aparício de Almeida, aos 02 de outubro de 2014.

LIDO EM SESSÃO DE 06/10/2014 PRESIDENTE

APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA
Vereador/PPS

Câmara Municipal de Holambra
Numero de Protocolo 00562/2014
Data 02/10/2014 Hora 11:47:00
Procedência CÂMARA MUNICIPAL
Assunto PLC Nº 012/2014, QUE DISPÕE SOBRE ISENÇÃO PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.VER. APARECIDO

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO EM SESSÃO DE 17/11/2014 PRESIDENTE

APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO EM SESSÃO DE 10/11/2014 PRESIDENTE

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

JUSTIFICATIVA

O Vereador que abaixo subscreve, de acordo com as normas regimentais e no uso de suas atribuições, submete à apreciação e deliberação do Plenário um Projeto de Lei propondo a isenção do pagamento do IPTU para pessoas portadoras de algumas doenças graves, como neoplasia maligna, AIDS e doença renal crônica.

De acordo com a legislação brasileira em vigor, os portadores de algumas doenças graves, elencadas mais especificamente pela Portaria Interministerial MPAS/MS nº 2.998, de 23 de agosto de 2001, possuem direitos a isenção de diversos tributos, como Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Além disso, a lei prevê que o paciente poderá solicitar a liberação do FGTS e do PIS/PASEP para utilizar no tratamento de doenças crônicas e degenerativas.

Muitos municípios brasileiros também entenderam necessário e importante estender esse direito e estão editando leis para conceder isenção de pelo menos um tributo municipal para portadores de doenças graves.

Quanto à iniciativa da proposta, há decisões do Tribunal de Justiça do Estado de que em matéria tributária, o Legislativo possui competência para iniciar o processo. A mesma decisão foi mantida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Quanto à estipulação de renda familiar total de até 06 (seis) salários mínimos, pegamos como base o estipulado no programa Minha Casa Minha Vida, que permite que famílias com renda de até 06 salários mínimos, também possam participar deste programa que tem caráter social, e, desta forma, com o mesmo intuito social, propomos a mesma renda familiar.

Entendo que a iniciativa de estender os direitos dos portadores de algumas doenças graves a isenção de um tributo municipal, no caso o IPTU, representará um avanço na busca por mais justiça social e qualidade de vida. Devemos destacar que o Poder Público tem o dever de prestar auxílio para amenizar as dificuldades daqueles que mais precisam, especialmente em relação aos que encontram-se com sua saúde fragilizada, através da promoção de políticas econômicas e sociais que lhes garantam um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal.

Nesse sentido, temos a oportunidade de contribuir efetivamente com algumas famílias residentes em nossa cidade, que além da fragilidade física e emocional em decorrência das doenças, acabam enfrentando muitas dificuldades financeiras devido aos elevados gastos com remédios, exames, tratamentos, deslocamentos, acompanhantes, etc.

Diante do exposto e do indiscutível alcance social contido na presente proposta, solicitamos aos Nobres Pares desta Casa Legislativa o apoio necessário para sua aprovação.

Data supra,

APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA
Vereador/PPS

Processo
Fl. Nº 004/2014
Processo 078/2014

LIDO EM SESSÃO
DE
06 / 10 / 2014
PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI COMPLEMENTAR Nº 212 de 30 de Outubro de 2009

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER ISENÇÃO DE TRIBUTOS AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, REVOGANDO AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 036/94, 167/2005 E 172/2006.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra (SP) aprovou e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT,** Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Artigo 1º - Ficam os aposentados e pensionistas isentos de tributos municipais, sendo estes, imposto sobre propriedade predial, imposto territorial urbano, taxa de limpeza de vias públicas, taxas de coleta de lixo e as contribuições e melhorias, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

a) Que o imóvel objeto da isenção seja a única propriedade do beneficiário e nele resida com seus familiares;

b) Que a remuneração mensal do beneficiário não ultrapasse **03** (três) salários mínimos;

c) Que a área construída do referido imóvel não seja superior a 200 m² (duzentos metros quadrados);

d) Que a área territorial não ultrapasse a 1.500 m² (um mil e quinhentos metros quadrados).

Artigo 2º - O interessado em usufruir do benefício dessa Lei Complementar, deverá requerer por escrito no Setor de Protocolo da Prefeitura da Estância Turística de Holambra, comprovando os requisitos do artigo 1º.

Parágrafo Único – O requerimento que se trata esta Lei Complementar deverá ser apresentado e protocolado até o final do mês de março de cada exercício.

Alterado pela LC 225/2011.

Artigo 3º - O beneficiário, após o requerimento, deverá passar, obrigatoriamente, por estudo sócio-econômico, perante o

Fl. Nº 005/2014
Processo 078/2014

Departamento de Bem Estar Social, para confirmação das condições de necessidade.

Artigo 4º - O requerimento para os fins dessa Lei Complementar será isento da taxa municipal.

Artigo 5º - Na hipótese de indeferimento do pedido por ausência de preenchimento dos requisitos do artigo 1º, deverá o requerente recolher o tributo aos cofres municipais com juros, multa e correção monetária, os quais serão calculados pela Lançadoria.

Artigo 6º - No caso de deferimento, fica autorizada a Lançadoria, a isentar o beneficiário, respeitando os trâmites internos administrativos.

Artigo 7º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, sem efeitos retroativos.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial, as leis complementares nº 036/94, 167/2005 e 172/2006.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

Fl. Nº 006/2014
Processo 078/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
CNPJ 67.172.437/0001-83–www.holambra.sp.gov.br–e-mail:holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI COMPLEMENTAR Nº 225 DE 06 DE MARÇO DE 2011.

REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2º E ACRESCENTA OS PARÁGRAFOS 1º E 2º AO MESMO ARTIGO E MODIFICA O ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 212, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER ISENÇÃO DE TRIBUTOS AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turistica de Holambra aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - Fica revogado o parágrafo único do artigo 2º da Lei Complementar nº 212 de 30 de outubro de 2009.

Artigo 2º - Ficam acrescidos os parágrafos 1º e 2º, ao artigo 2º da Lei Complementar nº 212 de 30 de outubro de 2009:

Artigo 2º – (...)

§1º – Uma vez deferido o pedido de isenção de que trata o artigo 1º da referida Lei, o beneficio será mantido, automaticamente, para os exercícios posteriores ao requerimento, podendo o beneficiário ser convocado a qualquer tempo pelo Poder Executivo Municipal, dentro do período decadencial do lançamento, a fim de confirmar o atendimento integral das exigências legais para sua concessão.

§2º - A concessão de isenção do IPTU será revogada, a qualquer tempo, caso fique comprovado que o interessado deixou de atender os requisitos legais ou regulamentares, ou caso o beneficiário não atenda à convocação do Poder Executivo Municipal.

Fl. Nº 007/2014
Processo 078/2014

Artigo 3º – O Beneficiário, após o requerimento, deverá passar, obrigatoriamente, por estudo sócio-econômico, perante o Departamento de Bem Estar Social, para confirmação das exigências do artigo 1º e suas alíneas.

Artigo 4º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2011.

Artigo 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, seis de março de dois mil e onze.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Autor do Projeto de Lei Complementar nº 002/2011: Margareti Rose de Oliveira Groot – Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

Fl. Nº 008/2014
Processo 07/8/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Secretaria da Câmara Municipal, em 07 de outubro de 2014.

Á COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Em cumprimento ao artigo 211, parágrafo único da Resolução nº. 165/2012 (Regimento Interno) encaminho **o Projeto de Lei Complementar nº. 012/2014, de autoria do Vereador Aparecido Lopes da Silva Lima,** "DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", para exame e emissão do respectivo parecer.

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADOR PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 77, inciso "V", do Regimento Interno.

Holambra, 07 de outubro de 2014.

VEREADOR GÉZA FERENC GYORGY ÁRBOCZ
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

V I S T A

Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 77, inciso V do Regimento Interno, designo para relator do Projeto de Lei Complementar nº. 012/2014, o **VEREADOR JOSÉ ZAN DA SILVA.**

Recebi, 07 de outubro de 2014, os autos em referência.

Vereador _____
Relator Designado da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Fl. Nº 009/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal Estância Turística de Holambra S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Secretaria da Câmara Municipal, em 07 de outubro de 2014.

À COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.

Em cumprimento ao artigo 211, parágrafo único da Resolução nº. 165/2012 (Regimento Interno) encaminho o **Projeto de Lei Complementar nº. 012/2014, de autoria do Vereador Aparecido Lopes da Silva Lima,** "DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", para exame e emissão do respectivo parecer.

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADOR PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 77, inciso "V", do Regimento Interno.

Holambra, 07 de outubro de 2014.

VEREADORA JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN
Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

V I S T A

Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 77, inciso V, do Regimento Interno, designo para Relator do Projeto de Lei Complementar nº. 012/2014, o **VEREADOR APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA.**

Recebi, em 07 de outubro de 2014, os autos em referência.

Vereador _____
Relator Designado da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Fl. Nº 010/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PARECER JURÍDICO

Considerando o Projeto de Lei Complementar nº 012/2014, apresentado pelo Nobre Vereador Aparecido Lopes da Silva Lima, que "DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", no que diz respeito à sua legalidade, constitucionalidade, iniciativa e possibilidade de implantação;

Considerando que para melhor orientação desta Casa de Leis, foi requerido parecer junto ao órgão de consultoria –IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), o qual emitiu posição favorável ao projeto, fazendo ressalvas quanto à necessidade de adequação à lei orçamentária;

Considerando que quanto à iniciativa, o entendimento do STF é de que a matéria é concorrente ao Poder Legislativo e Poder Executivo;

Considerando que o PLC demonstra os dispositivos pertinentes para concessão de isenções fiscais, como a necessidade do despacho da autoridade competente, prova de preenchimento de requisitos estipulados como pressuposto para a concessão da isenção, a necessidade da renovação anual, dentre outros que podem ser regulamentos pelo Poder Executivo;

Considerando que é necessário que se adéqüe a lei orçamentária, com a inclusão deste benefício, já que se caracteriza como renúncia de receitas, merecendo a análise do Poder Executivo, pois cabe à ele a iniciativa da leis orçamentárias;

Considerando que a propositura merece ser discutida entre os Nobres Pares, já que a lei orçamentária encontra-se nesta Casa, também em análise pelas Comissões, e, desta forma, pode ainda ser alterada para que a propositura, caso acolhida em Plenário, já tenha eficácia para o próximo exercício;

Concluímos que o projeto possui total viabilidade jurídica, já que se trata de matéria de iniciativa concorrente, não infringindo a separação dos Poderes. Entretanto, por tratar-se de isenção fiscal, necessário se faz, sua adequação à lei orçamentária, com inclusão deste benefício, fazendo os estudos necessários para o impacto orçamentário desta renúncia de receitas. Frise-se que a proposta orçamentária para o próximo exercício está em estudo pelas Comissões competentes.

Fl. Nº 011/2014
Processo 07/8/2014

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Esse, S.M.J. , é o parecer.

Estância Turística de Holambra, aos 13 de outubro de 2014.

Aline Flaviane dos Santos Rosa
OAB/SP 299.268
Procuradora Jurídica

Roberto Laffythy Lino
Diretor Jurídico

Fl. Nº 012/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PARECER JURÍDICO

Em análise às emendas apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 012/2014, apresentado pelo Nobre Vereador Aparecido Lopes da Silva Lima, que "DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", no que diz respeito à sua legalidade, em razão de solicitação de parecer desta procuradoria, temos o que segue:

- A EMENDA ADITIVA Nº 01 QUE ACRESCENTA OS §§ 1º E 2º AO ARTIGO 2º DO PLC – traduz-se numa forma de regulamentação do procedimento de solicitação de renovação da isenção, de forma acertada, ao prever que a solicitação deve ser feita antes de 1º de janeiro de cada ano, ou seja, antes do início do exercício fiscal do lançamento do imposto. Ainda assim, caberá ao prefeito municipal, através de sua gestão administrativa, regulamentar a melhor maneira de se fazer a solicitação e renovação do benefício, estipulando prazos finais, local para protocolo e entrega de documentos, necessidade de triagem ou não, dentre outros aspectos.

- A EMENDA ADITIVA Nº 2 QUE INCLUI O ARTIGO 6º, RENUMERANDO-SE OS DEMAIS ARTIGOS DO PLC – traduz-se na necessidade de inclusão deste benefício na lei orçamentária anual, para que a lei, se aprovada, possua eficácia. Assim, como a proposta da lei orçamentária para o exercício de 2015 está em análise nesta Casa, pode o Poder Executivo fazer os levantamentos necessários de impacto orçamentário e incluir este benefício fiscal para o próximo exercício, e desta forma, agir em cada lei orçamentária anual, para que o benefício da isenção possa ser aplicado.

Assim, concluímos que as Emendas apresentadas são pertinentes e possuem os aspectos de legalidade necessários á aprovação, cabendo aos Nobres Edis a decisão quanto ao mérito da propositura e suas emendas.

Esse, S.M.J. , é o parecer.

Estância Turística de Holambra, aos 03 de novembro de 2014.

Aline Flaviane dos Santos Rosa
OAB/SP 299.268
Procuradora Jurídica

Roberto Laffythy Lino
Diretor Jurídico

Fl. Nº 013/2014
Processo 078/2014

instituto brasileiro de administração municipal

PARECER

Nº 2721/2014[1]

- TB – Tributação. Isenção de IPTU a portadores de determinadas moléstias graves e requisitos legais.

CONSULTA:

A Câmara consulente indaga a respeito da constitucionalidade de PLC, de iniciativa parlamentar, que concede isenção de IPTU para portadores de moléstias graves.

A Consulta veio documentada.

RESPOSTA:

Inicialmente, cumpre esclarecer que nos termos do art. 146, III, da Constituição da República, cabe à lei complementar estabelecer **normas gerais** em matéria de legislação tributária, especialmente sobre as matérias dispostas neste mesmo dispositivo, a exemplo dos regramentos gerais sobre fato gerador, lançamento tributário, dentre outros temas explicitados.

Percebe-se, portanto, que a matéria em apreço não se confunde com as normas gerais em matéria de direito tributário que reclamam tratamento por lei complementar. A este respeito, especificamente, segundo o que dispõe o art. 150, §6º, da Constituição Federal (assim como o art. 155-A do CTN), para que seja concedida qualquer espécie de benefício fiscal pelos entes federados, é necessária aprovação de **lei formal específica**, sendo certo que o legislador se refere neste caso a uma **lei ordinária**, uma vez que a lei complementar exige quorum mais dificultoso de aprovação, não se revelando como a regra em nosso ordenamento juridico.

Desta forma, quanto à especie normativa adotada, **não** se trata

[1]PARECER SOLICITADO POR DRA. ALINE FLAVIANE DOS SANTOS ROSA,PROCURADORA - CÂMARA MUNICIPAL (HOLAMBRA-SP)

Fl. Nº 014/2014
078/2014
Processo

de matéria reservada à lei complementar, nos termos do art. 146 da CRFB. Todavia, a utilização desta roupagem normativa, por si só, não tem o condão de viciar o objeto desta propositura, uma vez que o entendimento sufragado pela jurisprudência é o de que materialmente trata-se de norma com eficácia passiva de lei ordinária , que poderá, inclusive, ser alterada por simples lei ordinária, sem qualquer quórum qualificado de aprovação (parecer IBAM nº 0650/2014). No entanto, haja vista que se trata posicionamento jurisprudencial, considerando os dispositivos legais acima citados, recomenda-se a utilização espécie adequada, com vistas a evitar possíveis arguições de inconstitucionalidade, sob o ponto vista procedimental.

Feito o esclarecimento acima, cumpre rememorar que embora exista resistência por parte de alguns Tribunais, o entendimento perfilhado pelo STF é a de que a iniciativa para legislar sobre esta matéria tributária é concorrente ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, conforme farta jurisprudência colacionada no parecer IBAM nº 2342/2014, enviado ao Consulente.

Por outro lado, como já esclarecido em precedentes deste Instituto, é possível a iniciativa parlamentar nesta seara, restando, todavia, a sua eficácia condicionada à inclusão dos benefícios concedidos na Lei orçamentária anual e na Lei de diretrizes orçamentárias do exercício subsequente. Em outras palavras, como o orçamento de 2014 já está em execução e como a iniciativa legislativa em sede de elaboração e alteração de leis orçamentárias é privativa do Executivo tal isenção só surtirá efeito, quando entrar em vigor o próximo orçamento elaborado pelo Executivo, com base na legislação em vigor.

Caso não fosse assim, haveria clara alteração da previsão da receita do orçamento em curso pelo Legislativo, além de, por via transversa, violar a propria regra constitucional de iniciativa das leis orçamentárias.

Some-se a isto que qualquer medida desonerativa que traduza renúncia de receita deve vir acompanhada de comprovação dos requisitos do artigo 14 da LRF e seus incisos, quais sejam, estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois

Fl. Nº 015/2014
Processo 07812014

seguintes (art. 14, *caput*) e a demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receitada lei orçamentária (art. 14, I) ou estar acompanhada de medidas de compensação (art. 14, II), devendo, ainda, atender às normas constitucionais orçamentárias (art. 165 § 2º da CRFB). Neste sentido, veja o Enunciado IBAM nº 08/02:

> "Concessão de isenção e incentivos fiscais. Na concessãoe manutenção de qualquer forma de renúncia fiscal deve atentar-se para os dispositivos constitucionais e legais pertinentes, eavaliar os seus impactos na implementação de projetos ouatividades de interesse da população, em decorrência dadiminuição, efetiva ou potencial, dos recursos financeiros. (Pareceres nº 0167/01; 0573/01; e, 0814/02)."

Ainda, conforme determina o Código Tributário Nacional, a isenção, **quando não concedida em caráter geral**, deve se efetivar por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e requisitos legais observando o prazo previsto para renovação do benefício (art. 179 do CTN). Portanto, nos termos da exegese do art. 179, § 1º do CTN, as isenções do IPTU devem ser renovadas antes de 1º de janeiro de cada ano.

Ultrapassadas estas questões, pretende-se conceder isenção de IPTU às pessoas portadoras do virus HIV, insuficiência renal crônica, bem como daquelas acometidas neoplasia (tumor maligno), presentes determinados requisitos legais.

Perceba que **o elemento fulcral para a constitucionalidade destes projetos de lei é o fato de o princípio da capacidade contributiva poder ser aferido** na medida em que o contribuinte em questão, por exemplo, é proprietário de apenas um imóvel em que reside. Com efeito, o princípio da capacidade contributiva concretiza o principio da isonomia tributária sob seu prisma substancial, na medida em que o tributo irá incidir considerando a manifestação de riqueza tributável dos contribuintes.

Fl. Nº 016/2014
Processo 078/2014

A despeito de a literalidade do texto constitucional, na regra inserta no seu art 145, §1º ao afirmar que "sempre que possível" os impostos serão graduados de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, o entendimento que melhor se coaduna com o princípio constitucional em tela é o de que tal princípio constitui verdadeiro norte para a efetivação de uma tributação em bases isonômicas.

Especificamente no que tange ao IPTU e ao principio da capacidade contributiva, antes do advento da Emenda Constitucional nº 29/2000, o entendimento jurisprudencial prevalente era o de que os impostos reais, tal como o IPTU, não se prestavam a revelar a capacidade contributiva, apenas se admitindo a progressividade na hipótese sancionatória prevista no art. 182,§4º da CRFB. Neste sentido, confira-se jurisprudência citada no parecer IBAM nº 2664/2013.

Contudo, em âmbito doutrinário, o entendimento sustentado por i. tributaristas, tal como Sacha Calmon Coelho, era o de que, ainda nos denominados impostos reais, o principio da capacidade contributiva, por constituir preceito que visa assegurar a isonomia tributária, deveria ser aplicado.

Com o advento da Emenda Constitucional 29/2000, passou-se, inclusive em âmbito jurisprudencial, a admitir a aplicação do principio da capacidade contributiva no IPTU, como visto, por exemplo, no RE 153.771 e 423768 / SP.

Sobre o tema, já se manifestou este Instituto no parecer IBAM nº 2664/2013, nos seguintes termos:

> "a despeito da nobre possivel propositura, para que esta se revele válida mister que o critério eleito pelo legislativo local para fins de concessão de isenção de IPTU, qual seja, para pessoas acometidas com câncer ou portadoras do virus HIV seja aliado a outro elemento passivel de aferir a capacidade contributiva destes, por exemplo, para os proprietários de um unico imóvel em que residam, uma vez que o critério ora escolhido, por si só, não atende ao princípio da capacidade contributiva, cuja observância se impõe ante a necessidade de se efetivar uma tributação em

Fl. Nº 017/2014
Processo 078/2014

bases isonômicas, diante do que a propositura, tal como vislumbrada, não merecerá prosperar."

Neste aspecto, note-se que a isenção em tela, de fato, observa este critério. Conforme preconizado no 1º, *caput*, desta propositura ""fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) o **proprietário de um único imóvel residencial, utilizado exclusivamente como sua residência.**"

Por fim, como reiteradamente esclarecido, qualquer propositura legislativa deve obediência ao inafastável princípio da razoabilidade/ proporcionalidade o qual, o PL em tela, parece também atender.

Ante o exposto, feita a ressalva de que não se trata de matéria reservada à lei complementar, atendidos os demais requisitos de ordem orçamentária, conclui-se que não vislumbram óbices para a tramitação da propositura em apreço.

É o parecer, s.m.j.

Ana Carolina Couri de Carvalho
Assessora Jurídica

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2014.

PARA CONFIRMAR A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO ENTRE NO ENDEREÇO ELETRÔNICO
http://lam.ibam.org.br/confirma.asp E UTILIZE O CÓDIGO fei6ddgjlh

Fl. Nº 018/2014

Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Secretaria da Câmara Municipal, em 07 de outubro de 2014.

À COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO, PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO.

Em cumprimento ao artigo 211, parágrafo único da Resolução nº. 165/2012 (Regimento Interno) encaminho **Projeto de Lei Complementar nº. 012/2014, de autoria do Vereador Aparecido Lopes da Silva Lima,** "DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", para exame e emissão do respectivo parecer.

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADOR PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 77, inciso "V", do Regimento Interno.

Holambra, 07 de outubro de 2014.

VEREADOR SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Obras, Serviços Públicos; Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo; Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo.

V I S T A

Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 77, inciso V do Regimento Interno, designo para Relator o Projeto de Lei Complementar nº. 012/2014, o **VEREADOR MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA.**

Recebi, 07 de outubro de 2014, os autos em referência.

Vereador _____
Relator Designado da Comissão de Obras...

Fl. Nº 019/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal Turística de Holambra S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

EMENDA ADITIVA Nº 01 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2014.

ACRESCENTA OS §§ 1º E 2º AO ARTIGO 2º DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2014, QUE PASSAM A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

"Artigo 2º - (...)

§ 1º - A atualização do pedido de isenção deverá ser feita através de requerimento junto à Prefeitura, antes de 1º de janeiro de cada ano, conforme regulamentação a ser feita pelo Executivo.

§ 2º - O requerimento deverá estar acompanhado de novo atestado ou laudo médico que comprove a continuidade da moléstia, conforme especificação do Artigo 3º, inciso V, da presente lei, além dos demais documentos exigidos no mesmo Artigo".

Sala das Sessões "Vereador Aparício de Almeida", aos 16 de outubro de 2014.

Aparecido Lopes da Silva Lima
Vereador

Vereadores: Gabriel Jon da Silva

APROVADO
FAVORÁVEIS 08
CONTRÁRIOS 00
ABSTENÇÕES 00
20/10/14
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
20/10/2014
PRESIDENTE

Fl. Nº 020/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal de Holambra
Numero de Protocolo 00584/2014
Data 16/10/2014 Hora 11:48:00
Procedência CÂMARA MUNICIPAL
Assunto EMENDA ADITIVA Nº01 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº012/2014.APARECIDO E OUTROS.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
29ª SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 10/11/2014, ÀS 19 HORAS.

PROPOSITURA: EMENDA ADITIVA Nº. 001

ASSUNTO: "ACRESCENTA OS §§ 1º. E 2º. AO ARTIGO 2º. DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 012/2014, QUE "DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOME	SIM/NÃO	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	S	
EDUARDO DA SILVA	S	
GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ	S	
JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN	S	
JESUS APARECIDO DE SOUZA	S	
JOSÉ ZAN DA SILVA	S	
MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA	S	
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL	-	
SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS	S	

VOTOS FAVORÁVEIS: 8

VOTOS CONTRÁRIOS: 0

AUSÊNCIAS: 0

RESULTADOS: APROVADO.

GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ
Vereador/1º Secretário

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Fl. Nº 022/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

EMENDA ADITIVA Nº 02 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2014.

FICA INCLUSO O ARTIGO 6º, COM A REDAÇÃO ABAIXO ESPECIFICADA, RENUMERANDO-SE OS DEMAIS ARTIGOS.

"Art. 6º - A presente lei terá eficácia após a inclusão deste benefício fiscal nas leis orçamentárias municipais, em razão de tratar-se de renúncia de receita, demonstrando seu impacto orçamentário ou formas de compensação."

Sala das Sessões "Vereador Aparício de Almeida", aos 16 de outubro de 2014.

Aparecido Lopes da Silva Lima
Vereador

APROVADO
FAVORÁVEIS 08
CONTRÁRIOS 00
ABSTENÇÕES 00
20/10/14
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
20/10/2014
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra
Numero de Protocolo 00585/2014
Data 16/10/2014 Hora 11:51:00
Procedência CÂMARA MUNICIPAL
Assunto EMENDA ADITIVA Nº02/2014 AO PROJETO DE L COMPLEMENTAR Nº 012/2014. APARECIDO.

Fl. Nº 023/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
29ª SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 10/11/2014, ÀS 19 HORAS.

PROPOSITURA: EMENDA ADITIVA Nº. 002

ASSUNTO: "INCLUI O ARTIGO 6º., NO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 012/2014, RENUMERANDO-SE OS DEMAIS, QUE "DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOME	SIM/NÃO	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	S	
EDUARDO DA SILVA	S	
GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ	S	
JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN	S	
JESUS APARECIDO DE SOUZA	S	
JOSÉ ZAN DA SILVA	S	
MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA	S	
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL		
SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS	S	

VOTOS FAVORÁVEIS: 8

VOTOS CONTRÁRIOS: 0

AUSÊNCIAS: 0

RESULTADOS: APROVADO

GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ
Vereador/1º Secretário

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Fl. Nº 025/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

PARECER CONJUNTO FAVORÁVEL COM EMENDAS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE E COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO, PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2014, DE AUTORIA DO VEREADOR APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA, QUE "DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Em análise ao **"Projeto de Lei Complementar nº 012/2014** de autoria do Nobre Vereador Aparecido Lopes da Silva Lima, nos termos do artigo 102 do Regimento Interno, assim se manifestam:

1) DO OBJETO:

A presente propositura tem por objeto, o seguinte: **"DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**
As emendas regulamentam o procedimento e prazo para atualização do pedido de isenção do imposto e impõem a necessidade de inclusão deste benefício na lei orçamentária anual para a eficácia desta lei.

2) DO RELATÓRIO:

Os Nobres Vereadores JOSÉ ZAN DA SILVA, APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA e MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA, Relatores do parecer conjunto das respectivas Comissões apresentam a seguinte conclusão:

a) da legalidade: Em análise aos termos de legalidade, o projeto de lei encontra seu amparo legal no disposto no Artigo 30 da Constituição Federal, já que se trata de matéria de interesse local. Quanto à iniciativa, por ser considerada matéria de iniciativa concorrente, o presente projeto de lei não viola o princípio constitucional da separação entre os poderes. Quanto às emendas, são necessárias sob o ponto de vista da legalidade e eficácia da propositura, caso seja aprovada.
Assim, por não haver nenhuma objeção, o parecer destes relatores, em termos de legalidade, é **favorável à propositura,** visto que o Projeto de Lei apresenta todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.

b) da conveniência e oportunidade: a propositura é conveniente e oportuna, pelos próprios termos e fundamentos da justificativa, em especial por contribuir efetivamente com os portadores de doenças graves, possibilitando uma melhor qualidade de vida.

Fl. Nº 026/2014
Processo 078/2014

Cont.Parecer conjunto favorável ao PLC nº012/2014.

COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO, PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO

SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS
Vereador/Presidente

EDUARDO DA SILVA
Vereador/Vice-Presidente

MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA
Vereador/Secretário

Fl. Nº 028/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
29ª SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 10/11/2014, ÀS 19 HORAS.

PROPOSITURA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 012/2014

ASSUNTO: "DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOME	SIM/NÃO	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	S	
EDUARDO DA SILVA	S	
GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ	S	
JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN	S	
JESUS APARECIDO DE SOUZA	S	
JOSÉ ZAN DA SILVA	S	
MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA	S	
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL	-	
SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS	S	

VOTOS FAVORÁVEIS: 7

VOTOS CONTRÁRIOS: 1

AUSÊNCIAS: Ø

RESULTADOS: APROVADO

GÉZA FERENC GYORGY ARBOCZ
Vereador/1º Secretário

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Fl. Nº 02 9/2014
Processo 07 8/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
30ª SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 17/11/2014, ÀS 19 HORAS.

PROPOSITURA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 012/2014

ASSUNTO: "DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOME	SIM/NÃO	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	S	
EDUARDO DA SILVA	S	
GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ	S	
JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN	S	
JESUS APARECIDO DE SOUZA	S	
JOSÉ ZAN DA SILVA	S	
MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA	S	
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL	/	
SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS	S	

VOTOS FAVORÁVEIS: 8

VOTOS CONTRÁRIOS: 0

AUSÊNCIAS: 0

RESULTADOS: APROVADO

GÉZA FERENC GYORGY ARBOCZ
Vereador/1º Secretário

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Fl. Nº 030/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº. 143/2014 – Gabinete da Presidência

Câmara Municipal, em 18 de novembro de 2014.

Assunto: Encaminha Autógrafo

CÓPIA

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, em cumprimento as normas regimentais, tenho a satisfação de, pelo presente encaminhar a Vossa Excelência, para as providências necessárias, o seguinte autógrafo:

Autógrafo nº. 037/2014 oriundo do Projeto de Lei Complementar nº. 012/2014 de iniciativa do Vereador Aparecido Lopes da Silva Lima.

O referido projeto foi apreciado e deliberado, em Sessão Ordinária, realizada em 17 de novembro de 2014, às 19 horas, neste Legislativo, gerando o autógrafo acima descrito.

Nossos respeito e consideração.

Cordialmente,

P.B. Weel

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

037/2014
Fl. Nº 037
Processo 078/2014

A Sua Excelência o Senhor,
Dr. FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeitura Municipal
Estância Turística de Holambra

PROTOCOLO
N.º de Ordem 4239/2014
Fls. n.º _____ Livro n.º _____
Data de entrada 19 de novembro de 2014
(RESPONSÁVEL)

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

AUTÓGRAFO Nº. 037/2014
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 012/2014

"DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprova:

Art. 1º - Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) o proprietário de um único imóvel residencial, utilizado exclusivamente como sua residência, com renda familiar total de até 06 (seis) salários-mínimos mensais, e portador de alguma das doenças graves relacionadas por esta Lei.

§ 1º - Para efeitos desta Lei são consideradas as seguintes doenças graves:

I - neoplasia maligna (câncer);

II - síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS),

III – insuficiência renal crônica.

§ 2º - A isenção referida no *caput* estende-se ao proprietário de imóvel que seja cônjuge ou responsável legal por pessoa diagnosticada como portadora de alguma das enfermidades referidas no parágrafo anterior e que resida no imóvel.

Art. 2º - O pedido de isenção deverá ser feito assim que comprovada a moléstia, e a isenção será concedida proporcionalmente ao período de tratamento da pessoa acometida pela enfermidade referida no artigo anterior, independentemente da data de protocolização do requerimento em que pleitear o benefício fiscal, devendo ser atualizada anualmente.

§ 1º - A atualização do pedido de isenção deverá ser feita através de requerimento junto à Prefeitura, antes de 1º de janeiro de cada ano, conforme regulamentação a ser feita pelo Executivo.

§ 2º - O requerimento deverá estar acompanhado de novo atestado ou laudo médico que comprove a continuidade da moléstia, conforme especificação do Artigo 3º, inciso V, da presente lei, além dos demais documentos exigidos no mesmo Artigo.

Art. 3º - Para obter a isenção do IPTU, o contribuinte deverá protocolar requerimento junto à Prefeitura, acompanhado da seguinte documentação:

I - cópia da carteira de identidade ou outro documento com foto, acompanhado do original;

II - comprovante de renda familiar total de até seis salários-mínimos mensais;

III - cópia da matrícula atualizada do imóvel do Cartório de Registro de Imóveis ou documento que comprove a sua propriedade;

Fl. Nº 032/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

IV - cópia da capa do carnê do IPTU;

V - atestado e/ou laudo médico comprovando a enfermidade, assinado por médico, pertencente ao Sistema Único de Saúde (SUS), devidamente identificado por seu registro profissional, emitido na conformidade das normas dos Conselhos Federal e Regional de Medicina, com identificação de patologia consignada no Código Internacional de Doenças (CID), e descritivo dos sintomas ou do histórico patológico pelo qual se identifique que a pessoa ou dependente seu é portador das enfermidades previstas nesta Lei,

VI - comprovação de ser o cônjuge ou responsável legal, quando couber.

Parágrafo único - Em caso de falecimento do proprietário do imóvel, o cônjuge sobrevivente portador de alguma das patologias referidas por esta Lei deverá apresentar, também, certidão de casamento e certidão de óbito, quando ainda não possuir Formal de Partilha.

Art. 4º - Caso ocorrer o óbito do portador de alguma das patologias referidas e beneficiado por esta Lei, a isenção será automaticamente cancelada.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, para sua melhor aplicação.

Art. 6º - A presente lei terá eficácia após a inclusão deste benefício fiscal nas leis orçamentárias municipais, em razão de tratar-se de renúncia de receita, demonstrando seu impacto orçamentário ou formas de compensação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 18 de novembro de 2014.

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN
Vereadora/Vice-Presidente

GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ
Vereador/1º Secretário

SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS
Vereador/2º Secretário

Fl. Nº 033/2014

Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

instituto brasileiro de administração municipal

PARECER

Nº 3319/2014[1]

- TB – Tributação. Veto juridico total aposto em PL de isenção tributária. Iniciativa legislativa concorrente e necessidade de cumprimento dos requisitos de ordem orçamentária. Esclarecimentos.

CONSULTA:

A Câmara consulente solicita parecer juridico ante ao veto total aposto em PL que versa sobre isenção tributária.

A Consulta veio documentada.

RESPOSTA:

O veto total aposto está consubstanciado no parecer juridico anexado na Consulta que, por sua vez, se fundamenta: (i) no vício de iniciativa parlamentar para a matéria tributária e (ii) no fato de a lei orgânica (art. 42) conferir ao Chefe do executivo esta prerrogativa, cabendo à Câmara autorizar mas não instituir isenções, (iii) na ausencia de cumprimento dos requisitos do art. 14 da LRF quanto à renuncia de receita.

Como será devidamente elucidado, apenas o terceiro fundamento evocado, qual seja, do não cumprimento dos requisitos de ordem orçamentária, justifica, sob o ponto de vista **jurídico**, o veto aposto.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a iniciativa para matéria

[1]PARECER SOLICITADO POR DRA. ALINE FLAVIANE DOS SANTOS ROSA,PROCURADORA - CÂMARA MUNICIPAL (HOLAMBRA-SP)

Fl. Nº 034/2014
078/2014
Processo

tributária e orçamentária não se confundem. A jurisprudência sedimentada pelo Supremo Tribunal Federal é a de que a iniciativa para legislar sobre matéria tributária é concorrente ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, confira:

> "ADIN -LEI 7.999/85, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, (...) BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO -MATÉRIA DE INICIATIVA COMUM OU CONCORRENTE -REPERCUSSÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL -ALEGADA USURPAÇÃO DA CLÁUSULA DE INICIAIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO -AUSÊNCIA DE PLAUSABILIDADE JURÍDICA - MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA. A Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário. A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo -deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca. O ato de legislar sobre direito tributário, ainda que para conceder benefícios jurídicos de ordem fiscal, não se equipara - especialmente para os fins de instauração do respectivo processo legislativo -ao ato de legislar sobre o orçamento do Estado." (ADI 724/RS, Rel. Min. Celso de Mello, g.n.).

> "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL DE TAQUARA. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOFISCAL (ISENÇÃO) DE IPTU. INICIATIVA LEGISLATIVA DO PARLAMENTAR E PRINCÍPIO DA SIMETRIA ESTRUTURAL E SEPARAÇÃO DOS PODERES. IRRETROATIVIDADE DE LEI TRIBUTÁRIA. Não viola o princípio da simetria estrutural dos entes federativos, ou o princípio da separação dos poderes, a lei de iniciativa de parlamentar municipal que concede isenção fiscal a contribuintes de IPTU. (...). Precedentes do Supremo TribunalFederal. Ação direta de inconstitucionalidade julgada

Fl. Nº 035/2014
Processo 078/2014

improcedente." (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº70018870246, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator:Adão Sérgio do Nascimento Cassiano, Julgado em 13/08/2007).

"A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca." (STF. ADI 724-MC. Min.CELSO DE MELLO)

Tampouco necessita o Executivo de autorização da Câmara para instituir isenção. As leis autorizativas constituem **exceções** no processo legislativo brasileiro, em respeito ao princípio da separação dos poderes e ao sistema de freios e contrapesos constitucionalente delineado. No tocante às situações excepcionais, em que se exige prévia autorização legislativa recomenda-se a leitura do pareceres IBAM nº 2346/2014 e 3202/2013, dentre diversos outros.

Com efeito, ao mencionar leis autorizativas, a Constituição Federal refere-se aos casos em que se faz necessária a apreciação prévia quanto a ato a ser praticado pelo Executivo, mas tal atribuição se relaciona com o papel de fiscalização da Câmara Municipal, que ocorre a posteriori, do que propriamente com a função legislativa.

Feita as considerações acima, como já esclarecido por este Instituto, é possível a iniciativa parlamentar nesta seara, restando, todavia, a sua **eficácia** condicionada à inclusão dos benefícios concedidos na Lei orçamentária anual e na Lei de diretrizes orçamentárias do exercício subsequente.

Fl. Nº 036/2014
Processo 078/2014

Note-se que a renúncia de receita, para ser admitida, ou foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, não afetando as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias ou deve estar acompanhada de medidas de compensação. Conforme determina o art. 14, II, da LRF, as medidas de compensação devem estar apontadas para o exercício vigente e para os dois subsequentes, o que exige sua previsão nas leis orçamentárias dos exercícios futuros.

Portanto, caso a LDO, vigente em 2014, não preveja a possibilidade de alteração na legislação tributária e/ou concessão de isenções e suas repercussões (CF, art. 165, §§ 2º e 6º), isso impede a iniciativa de Vereador em Projeto de Lei concedendo isenções tributárias, já que eventual mudança na LDO em curso é de iniciativa pivativa do Executivo.

Por outro lado, se a Câmara pretender conceder benefícios da espécie no exercício de 2015, poderá, a seu tempo, fazer as previsões cabíveis na LDO e na LOA a vigorar naquele exercício, **mediante emendas, se adequadas**, lembrando, neste aspecto, que os poderes Executivo e Legislativo são independentes entre si (CF, art. 2º) e o Legislativo não pode determinar que o Executivo faça estimativas, sejam elas quais forem. Exatamente por isso afirmamos que apesar de ser possível a iniciativa parlamentar, a sua **eficácia** resta condicionada à inclusão dos benefícios concedidos na Lei de diretrizes orçamentárias e na Lei orçamentária anual do exercício subsequente.

Cumpre registrar que não tivemos ciência do teor das emendas aditivas nº 1 e nº 2 a que alude o segundo parecer anexado na Consulta, emendas estas que, de fato, poderiam ter sanado o vicio por ausencia de adequação aos requisitos de ordem orçamentária, como visto.

De qualquer sorte, para que medida isencional tenha o condão de validamente prosperar, deverá atender aos requisitos de ordem fiscal,

Fl. Nº 037/2014
Processo 078/2014

além de o contribuinte comprovar as condições e os requisitos necessários para sua obtenção nos termos da lei formal instituidora da isenção.

Ante o exposto, especificamente quanto ao suscitado, reitera-se que apenas o terceiro fundamento evocado, qual seja, de violação aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, se de fato ausentes estes no caso concreto, justifica o veto **jurídico** total aposto.

É o parecer, s.m.j.

Ana Carolina Couri de Carvalho
Assessora Jurídica

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2014.

PARA CONFIRMAR A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO ENTRE NO ENDEREÇO ELETRÔNICO
http://lam.ibam.org.br/confirma.asp E UTILIZE O CÓDIGO ffg4edhgkb

Fl. Nº 038/2014
Processo 078/2014

LEI ORGÂNICA

SUBSEÇÃO III
DO VETO

Artigo 46- O Prefeito considerando o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento.

§ 1º- O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou alínea.

§ 2º- Decorrido o prazo do "caput", o silêncio do Prefeito importará na sanção.

§ 3º - A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 4º - Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 5º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 3º. o veto será colocado na "Ordem do Dia" da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 6º - A não promulgação da Lei no prazo de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 2º. e 4º., caberá ao Presidente da Câmara fazê-lo em igual prazo, o mesmo cabendo ao Vice-Presidente, no caso de negativa ou omissão do Presidente.

==========

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO IV
Do Veto

Artigo 231 – Se o Executivo julgar o projeto inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento do respectivo autógrafo.

§ 1º - Se o Executivo tiver exercido o direito de veto total ou parcial, deverá comunicar a Câmara dentro do prazo estabelecido no caput, mediante motivação do aludido veto.

Fl. Nº 039/2014
Processo 078/2014

§ 2º - O veto, obrigatoriamente justificado, poderá ser total ou parcial, e no último caso abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso, de alínea ou de item.

§ 3º - Recebido o veto pelo Presidente da Câmara, após sua leitura no Expediente da primeira Sessão Ordinária, será ele encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação que poderá solicitar audiência de outras Comissões.

§ 4º - A Comissão de Constituição, Justiça e Redação terá o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para manifestar-se sobre o veto.

§ 5º - Se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação não se pronunciar no prazo indicado, a Presidência da Câmara nomeará relator especial que terá 03 (três) dias para exarar parecer ou incluirá o veto na pauta da Ordem do Dia da Sessão, independente de parecer.

§ 6º- O veto deverá ser apreciado pelo Plenário da Câmara, em turno único de discussão, dentro de 30 (trinta) dias contados de seu recebimento na Secretaria administrativa.

§ 7º- Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposituras, até sua votação final.

§ 8º - O veto só poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 9º - Rejeitado o veto, ficam mantidas as disposições aprovadas anteriormente, sendo comunicado o fato, de imediato, ao Executivo para sua promulgação em 48 (quarenta e oito) horas.

§ 10 - Esgotado o prazo do parágrafo anterior sem que o Executivo tenha promulgado o texto vetado, caberá ao Presidente da Câmara fazê-lo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, e se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente a promulgação, em igual prazo.

§ 11- Em se tratando de veto total, o Executivo fornecerá mediante ofício ao Presidente da Câmara, o número da Lei a ser utilizada para a promulgação pela Câmara; e em se tratando de veto parcial, será utilizado o mesmo número da Lei já promulgada, e cuja parte foi vetada.

§ 12 - Uma vez promulgada e publicada a Lei pela Câmara, esta será enviada ao Executivo para seu regular cumprimento.

§ 13 – O prazo previsto no § 6º, não correrá no período de recesso da Câmara.

Fl. Nº 040/2014
Processo 078/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

Recebi em 02 de 12 de 2014

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Ofício n.º 513/2014-GP
Ref.: Veto ao Autografo 037/2014.

Holambra, 1 de dezembro de 2014.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR **PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL**
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito do Município da Estância Turística de Holambra, Comarca de Moji Mirim, Estado de São Paulo, no uso de suas regulares atribuições e com fulcro no Artigo 42 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, vem à presença de Vossa Excelência, dentro do prazo legal,

COMUNICAR AS RAZÕES DO VETO TOTAL DO PROJETO DE LEI Nº 012/2014 (AUTÓGRAFO 037/2014) protocolado nesta administração sob. n.º 4239/2014.

As razões baseiam-se em parecer exarado pelo Departamento de Negócios Jurídicos desta municipalidade que transcrevo *in totum* para vosso conhecimento e apreciação:

Fl. Nº 041/2014
078/2014
Processo

PARECER JURÍDICO

Trata o presente de análise da inconstitucionalidade do Projeto de Lei Complementar n° 012/2014, Autógrafo ° 037/2014, o qual **"DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**, de iniciativa do Vereador Aparecido Lopes da Silva Lima.

O Projeto de Lei Complementar em apreço tem por objetivo isentar os portadores de doenças graves do pagamento de IPTU, sem qualquer estudo de impacto orçamentário, sendo esta matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo e que, além disso, constitui renúncia de receita, conduta esta que viola o disposto no artigo 14 da LRF e configura ato de improbidade administrativa previsto no artigo 10, incisos VII e X, da Lei Federal n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

1 – Do Vício de Competência.

A Constituição Federal outorga ao Chefe do Poder Executivo, em caráter de exclusividade, a prerrogativa de deflagrar o processo legislativo de leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou

empregos públicos na administração direta ou autárquica e que fixem ou aumentem a sua remuneração, organização administrativa; **matéria tributária e orçamentária**; serviços públicos; criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administrativa pública, entre outros. É o que está expresso nas alíneas do inciso II, § 1° do art. 61, da Carta Política.

Cabe ressaltar, que a Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, nos incisos do art. 42, reforçou a privatividade do Chefe do Poder Executivo Municipal para a iniciativa de leis que disponham sobre a matéria avençada, acolhendo em seu texto o disposto no art. 61, § 1°, II, da Carta Política.

Com efeito, dispõe o artigo 42 da Lei Orgânica Municipal que são de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre matéria orçamentária e as que autorizem a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções (inciso IV).

Muito embora parte da jurisprudência entenda que a Câmara Municipal tem competência para instituir isenção tributária, a atual Lei Orgânica do Município dispõe somente sobre autorização e não sobre a instituição e/ou criação.

À Câmara Municipal compete apenas "*autorizar isenções e anistias fiscais e remissão de dividas*", nos termos do artigo 15, inciso II da Lei Orgânica Municipal. Portanto, os vereadores não detêm competência para instituir isenção tributária.

Além disso, para que se instituam isenções ou anistias, é imprescindível que se traga o impacto orçamentário na forma do que determina o artigo 14 da LRF, de modo que sua ausência acaba crivando de morte a pretensão do presente projeto de Lei Complementar de condicionar a sua eficácia à inclusão na Lei Orçamentária.

Assim, observa-se que o presente Projeto de Lei Complementar em análise representa evidenciada invasão da competência reservada ao Poder Executivo Municipal, violando o princípio da independência e harmonia entre os Poderes, como faz a regra o art. 2°, da Constituição Federal.

Como se vê, o objeto da proposição contém disposição que fere o princípio constitucional da independência e harmonia entre os Poderes, pois, não cabe ao Poder Legislativo interferir na esfera de atuação do Poder Executivo.

Daí porque se, de fato, assim proceder, o Legislativo deixará de observar os princípios informadores do processo legislativo, previstos nos artigos 60 a 69 da Carta Federal, entre os quais nos reportamos ao disposto no art. 61, § 1°, II, "*b*", que prevê ser de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo local a iniciativa das leis que versem sobre "*organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços público e pessoal da administração dos Territórios*".

Fl. Nº 042/2014
Processo 078/2014

O renomado Professor Hely Lopes Meirelles[1] comenta o assunto:

> ***Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre matéria financeira;*** *criem cargos, funções ou empregos; fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens de servidores, ou disponham sobre o seu regime funcional;* ***criem ou aumentem despesas, ou reduzam a receita municipal.***
>
> *Se a Câmara, desatendendo à privatividade do Executivo para esses projetos, votar e aprovar leis sobre tais matérias, caberá ao prefeito vetá-las, por inconstitucionais. Sancionadas e promulgadas que sejam, nem por isso se nos afigura que convalesçam do vício inicial, porque o Executivo não pode renunciar prerrogativas constitucionais, inerentes às suas funções, como não pode delegá-las ou aquiescer em que o Legislativo as exerça.*
>
> *A exclusividade de iniciativa de certas leis destina-se a circunscrever (não a anular) a discussão e votação do projeto à matérias propostas pelo Executivo. Nessa conformidade, pode o Legislativo apresentar emendas supressivas e restritivas, não lhe sendo permitido, porém, oferecer emendas ampliativas, porque estas transbordam da iniciativa do Executivo.*

Portanto, o projeto de lei em análise é inconstitucional por revestir-se de vício de competência. Ainda que assim não o fosse, materialmente a lei em comento também padece de inconstitucionalidade.

2 – Da Renúncia de Receita.

O artigo 14 da LRF é bastante claro e objetivo no que toca ao estabelecimento de requisitos e condições para que leis concessivas de benefícios ou incentivos fiscais sejam consideradas legais do ponto de vista da responsabilidade fiscal dos administradores públicos, assim dispondo:

> *Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois*

[1] Direito Municipal Brasileiro, 6. ed., Malheiros, 1993, p. 541 e 542.

Fl. Nº 043/2014
07/8/2014
Processo

seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:
I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:
I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1°;
II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

O que tal dispositivo legal estabelece é que, partindo do pressuposto que o ente público estará "abrindo mão" de parte de sua receita orçamentária, haja previsão dos meios e mecanismos pelos quais se dará a compensação aos cofres públicos em relação aos valores que o mesmo ente deixará de receber em razão da aplicação daquela lei.

É por isso que exige logo no seu *caput* a apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro que a aplicação da lei vai causar no ente público naquele exercício e também nos dois exercícios seguintes.

Deve também o administrador público demonstrar que aquela lei concessiva de benefícios fiscais atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias do ente público que representa, o que corresponde à exigência de que tais benefícios estejam previstos como diretrizes orçamentárias daquele ente, evitando sejam utilizados com finalidades escusas, como as relacionadas ao período eleitoral.

Fl. Nº 04/2014
Processo 078/2014

Além destes dois requisitos acima, que são de extrema importância e complexidade para o administrador que quer efetivamente conceder benefícios fiscais, deve ainda restar comprovado por ele o atendimento de, pelo menos, um dos dois requisitos apresentados nos incisos I e II do *caput* do mesmo artigo 14 da LRF.

Importa registrar que tais exigências correspondem a medidas que visam impedir a utilização destas leis de maneira indiscriminada e descontrolada, bem como visam evitar maiores prejuízos aos cofres públicos, os quais receberão menos do que o previsto nas respectivas leis orçamentárias anuais.

Há ainda a exigência contida no §2° do artigo 14, a qual está diretamente relacionada à previsão do inciso II do mesmo artigo, quando feita tal opção pelo administrador público, exigindo que a lei concessiva do benefício somente entre em vigor quando efetivamente implementadas as medidas de compensação aos cofres públicos anunciadas naquele inciso.

Portanto, qualquer lei municipal que tenha por objetivo conceder benefícios ou incentivos fiscais deverá atender integralmente às exigências contidas no artigo 14 da LRF, o que deve ser demonstrado de forma clara e minuciosa junto com o projeto de lei.

A inobservância aos referidos requisitos e condições legais, importa ao Prefeito e todos aqueles que concorreram para a produção de efeitos destas leis, a prática de atos de improbidade administrativa, a teor do que estabelecem o artigo 10 da Lei 8.429/92 - LIA.

Com efeito, ao relacionar os atos que configuram improbidade administrativa por causarem danos ao erário público, a Lei Federal n° 8.429/92 estabelece, em seu artigo 10, inciso VII, que constitui improbidade administrativa o ato de "*conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie*".

Portanto, a aprovação de projeto de lei tendo por objetivo a aprovação de lei que vise à concessão de incentivos ou benefícios fiscais sem que tal projeto esteja acompanhado de explicações, fundamentações, planilhas e demonstrações cabais dos requisitos e condições exigidos pelo artigo 14 da LRF, constitui ato de impropriedade administrativa.

Como se vê, o objeto da proposição dispõe sobre isenção tributária e, portanto, invade a esfera de competência privativa do Executivo, fato este que configura a inconstitucionalidade por vicio formal de iniciativa, o que vicia sua constitucionalidade, por violar os arts. 2°; 61, § 1°, II, "b", da Constituição Federal.

Além disso, verifica-se que o projeto de lei complementar em análise configura renúncia de receita em razão da total violação ao artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fl. N° 04 5/2014
Processo 07 8/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

Em vista de todo o exposto, **o VETO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 012/2014 É MEDIDA QUE SE IMPÕE**, ante os vícios de inconstitucionalidade, vicio de iniciativa e de ilegalidade que o maculam.

Estância Turística de Holambra, 24 de novembro de 2014.

FLAVIA SCHONEBOOM RIETJENS
Procuradora Jurídica

De acordo com o parecer da Procuradora Jurídica. 24/11/2014.

NÁGILA MARMA CHAIB LOTIERZO
Diretora Jurídica

DO PEDIDO

Pelas razões apresentadas e com lastro nas normas jurídicas em vigor, aguarda-se a acolhido do Veto Total ora apresentado, ao tempo que reitero os meus protestos de admiração e respeito.

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

LIDO EM SESSÃO
DE
08 / 12 / 2014
PRESIDENTE

Fl. Nº 046/2014
Processo 078/2014

APROVADO
FAVORÁVEIS 06
CONTRÁRIOS 03
ABSTENÇÕES 00
02/02/15
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 00669/2014
Data 02/12/2014 Hora 13:47:00
Procedência PODER EXECUTIVO
Assunto OFÍCIO Nº.513/2014 VETO AO AUTOGRAFO Nº.037/2014 REF. PL 012/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PARECER JURÍDICO

Em análise ao VETO TOTAL apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 012/2014, de autoria do Nobre Vereador Aparecido Lopes da Silva Lima, que "DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", no que diz respeito às suas razões, temos o que segue:

- Foi solicitado parecer do órgão de consultoria IBAM, o qual já havia se posicionado favoravelmente ao projeto, e, sobre o Veto, manifestou-se contrariamente;

- No que diz respeito ao vício de iniciativa, não encontramos razão ao argumentados apresentados, pois o STF vem decidindo, de forma sedimentada, de que a iniciativa para legislar sobre matéria tributária é concorrente ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, conforme verifica-se em diversas ADINs citadas nos pareceres do IBAM;

- No que diz respeito à renúncia de receita, com descumprimento do Artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, não encontramos razão ao exposto, tendo em vista que o PLC dispõe no Artigo 6º a necessidade da inclusão do benefício fiscal pretendido nas leis orçamentárias, o que para isso, importa na apresentação do impacto orçamentário para o exercício vigente e os dois subseqüentes. Assim, como o prefeito possui iniciativa privativa para a inclusão de novos programas nas leis orçamentárias, e que, para isso, precisa comprovar as formas de compensação e impacto orçamentário, e, ainda, que a lei orçamentária para o próximo exercício encontra-se em tramitação nesta Casa, não há o que se falar em infringência da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou ato de improbidade administrativa, como alegado.

- O Vereador não possui autonomia para preparar o impacto orçamentário, que depende do departamento competente do Executivo para sua formalização, e, desta forma, para que a lei possa ter eficácia e aplicabilidade, necessita do impacto orçamentário e inclusão nas leis orçamentárias, o que é de competência do prefeito municipal.

- Ressalte-se de que essa é uma nova oportunidade ao Poder Legislativo, mas é uma posição inovadora do STF, principalmente no que se refere à iniciativa. Já a questão da eficácia estar condicionada à inclusão dos benefícios fiscais nas leis orçamentárias, o entendimento ainda pode gerar conflitos de competência, já que a inclusão destes é privativa ao Executivo, que possui a competência para a elaboração dos impactos orçamentários e compensações, mas, entretanto, não pode o Legislativo obrigar que o Executivo o faça, para não infringir a separação entre os Poderes. Essa seria a discussão judicial, caso haja a ADIN.

Assim, diante as considerações acima exaradas, opinamos pela rejeição do Veto, prevalecendo o já decidido por esta Câmara.
Esse, S.M.J. , é o parecer.

Estância Turística de Holambra, aos 03 de novembro de 2014.

Aline Flaviane dos Santos Rosa
OAB/SP 299.268
Procuradora Jurídica

Roberto Laffythy Lino
Diretor Jurídico

Fl. Nº 047/2014

Processo 078/2014

instituto brasileiro de administração municipal

PARECER

Nº 2342/2014

- TB – Tributação. Isenção IPTU e requisitos a serem observados.

CONSULTA:

A Câmara consulente indaga a respeito da constitucionalidade de propositura, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre isenção de impostos municipais a portadores de doenças graves, inclusive quanto à necessidade de apresentação de compensação, impacto orçamentário, por tratar-se de renúncia de receita.

A Consulta veio documentada.

RESPOSTA:

Cumpre esclarecer que, embora exista resistência por parte de alguns Tribunais, a jurisprudência sedimentada pelo STF é a de que a iniciativa para legislar sobre esta matéria tributária é concorrente ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, confira:

> "ADIN -LEI 7.999/85, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO -MATÉRIA DE INICIATIVA COMUM OU CONCORRENTE -REPERCUSSÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL -ALEGADA USURPAÇÃO DA CLÁUSULA DE INICIAIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO -AUSÊNCIA DE PLAUSABILIDADE JURÍDICA - MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA. **A Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário. A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa,** na medida em que - por implicar limitação

Fl. Nº 04 8 /2014
Processo 07 8 /2014

ao poder de instauração do processo legislativo -deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca. O ato de legislar sobre direito tributário, ainda que para conceder benefícios jurídicos de ordem fiscal, não se equipara - especialmente para os fins de instauração do respectivo processo legislativo -ao ato de legislar sobre o orçamento do Estado. " (ADI 724/RS, Rel. Min. Celso de Mello, g.n.)."

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL DE TAQUARA. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL (ISENÇÃO) DE IPTU. INICIATIVA LEGISLATIVA DO PARLAMENTAR E PRINCÍPIO DA SIMETRIA ESTRUTURAL E SEPARAÇÃO DOS PODERES. IRRETROATIVIDADE DE LEI TRIBUTÁRIA. **Não viola o princípio da simetria estrutural dos entes federativos, ou o princípio da separação dos poderes, a lei de iniciativa de parlamentar municipal que concede isenção fiscal a contribuintes de IPTU.** (...). Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70018870246, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Adão Sérgio do Nascimento Cassiano, Julgado em 13/08/2007)."

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DO MUNICÍPIO DE ESTEIO. CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU A PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS ATINGIDOS POR ENCHENTES NO MUNICÍPIO. O preceito de que em matéria tributária a competência é ampla, cabendo, pois, a iniciativa a qualquer membro do Legislativo, ao Chefe do Executivo, aos cidadãos etc., em relação às leis que criam ou aumentam tributos, não prevalece para as leis tributárias benéficas, que continuam a ser de iniciativa privativa do chefe do executivo. Entende-se por leis tributárias "benéficas" as que, quando aplicadas, acarretam diminuição de receita (leis que concedem isenções tributárias, que parcelam débitos fiscais, que aumentam prazos para o normal recolhimento de tributos etc.), **pois só o Executivo tem condições de avaliar a repercussão financeira** de "isenções, anistias, remissões, subsídios

Fl. Nº 04 9 12014 2
Processo 07 8 12014

> e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia". Os legisladores e os cidadãos têm, quando muito, a "noção das conseqüências políticas" das leis tributárias benéficas. Nunca de suas conseqüências práticas, porque não dispõem de meios técnicos para aferi-las de antemão. (Doutrina). **O poder de tributar é o mesmo do de isentar sempre que não acarrete aumento de despesas ou diminuição de receitas**, porque entre uma praxe, não escrita ("poder de tributar é o mesmo do de isentar") e uma norma constitucional expressa ("iniciativa das leis que versem sobre aumento de despesas"), deve prevalecer a última. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE, POR MAIORIA, VENCIDO, ENTRE ELES, O RELATOR. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70016432502, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS(TJ-RS - ADI: 70016432502 RS , Data de Julgamento: 09/04/2007, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 20/06/2007)"

Neste aspecto, como já esclarecido em precedentes deste Instituto, é possível a iniciativa parlamentar nesta seara, restando, todavia, a sua eficácia condicionada à inclusão dos benefícios concedidos na Lei orçamentária anual e na Lei de diretrizes orçamentárias do exercício subsequente. Em outras palavras, como o orçamento de 2014 já está em execução e como a iniciativa legislativa em sede de elaboração e alteração de leis orçamentárias é privativa do Executivo tal isenção só surtirá efeito, quando entrar em vigor o próximo orçamento elaborado pelo Executivo, com base na legislação em vigor.

Caso não fosse assim, haveria clara alteração da previsão da receita do orçamento em curso pelo Legislativo, além de, por via transversa, violar a propria regra constitucional de iniciativa das leis orçamentárias.

Some-se a isto que qualquer medida desonerativa que traduza renúncia de receita deve vir acompanhada de comprovação dos requisitos do artigo 14 da LRF e seus incisos, quais sejam, estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois seguintes (art. 14, *caput*) e a demonstração de que a renúncia foi

Fl. Nº 05 04 2014
Processo 07812014

considerada na estimativa de receitada lei orçamentária (art. 14, I) ou estar acompanhada de medidas de compensação (art. 14, II), devendo, ainda, atender às normas constitucionais orçamentárias (art. 165 § 2º da CRFB). Neste sentido, veja o Enunciado IBAM nº 08/02:

> "Concessão de isenção e incentivos fiscais. Na concessãoe manutenção de qualquer forma de renúncia fiscal deve atentar-se para os dispositivos constitucionais e legais pertinentes, eavaliar os seus impactos na implementação de projetos ouatividades de interesse da população, em decorrência dadiminuição, efetiva ou potencial, dos recursos financeiros. (Pareceres nº 0167/01; 0573/01; e, 0814/02)."

Ainda, conforme determina o Código Tributário Nacional, a isenção, **quando não concedida em caráter geral**, devem se efetivar por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e requisitos legais observando o prazo previsto para renovação do benefício (art. 179 do CTN). Portanto, nos termos da exegese do art. 179, § 1º do CTN, as isenções do IPTU devem ser renovadas antes de 1º de janeiro de cada ano.

Ultrapassadas estas questões, pretende-se conceder isenção de IPTU às pessoas portadoras do virus HIV, insuficiência renal crônica, bem como daquelas acometidas neoplasia (tumor maligno), presentes determinados requisitos legais. Note-se, ainda, que a isenção em tela ocorreria em apenas um imóvel, mesmo se o beneficiário for propriário de outros imóveis e, independentemente da sua dimensão (art. 1º, parágrafo único).

Importante registrar que a hipótese em comento não se confunde com iniciativas legislativas, reputadas constitucionais por este Instituto, que concedem isenção de IPTU a contribuinte que ostentem determinada

Fl. Nº 051/2014
Processo 078/2014

condição peculiar(ex idosos), **mas desde que seja proprietário de um único imóvel e nele resida.**

Perceba que **o elemento fulcral para a constitucionalidade destes projetos de lei é o fato de o princípio da capacidade contributiva poder ser aferido** na medida em que o contribuinte em questão, por exemplo, é proprietário de apenas um imóvel em que reside.

Com efeito, o princípio da capacidade contributiva concretiza o principio da isonomia tributária sob seu prisma substancial, na medida em que o tributo irá incidir considerando a manifestação de riqueza tributável dos contribuintes.

A despeito de a literalidade do texto constitucional, na regra inserta no seu art 145,§1º afirmar que "sempre que possível" os impostos serão graduados de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, o entendimento que melhor se coaduna com o princípio constitucional em tela é o de que tal princípio constitui verdadeiro norte para a efetivação de uma tributação em bases isonômicas.

Especificamente no que tange ao IPTU e ao principio da capacidade contributiva, antes do advento da Emenda Constitucional nº 29/2000, o entendimento jurisprudencial prevalente era o de que os impostos reais, tal como o IPTU, não se prestavam a revelar a capacidade contributiva, apenas se admitindo a progressividade na hipótese sancionatória prevista no art. 182,§4º da CRFB. Neste sentido, confira-se jurisprudência citada no parecer IBAM nº 2664/2013.

Contudo, em âmbito doutrinário, o entendimento sustentado por i. tributaristas, tal como Sacha Calmo Coelho, era o de que, ainda nos denominados impostos reais, o principio da capacidade contributiva, por constituir preceito que visa assegurar a isonomia tributária, deveria ser aplicado.

Com o advento da Emenda Constitucional 29/2000, passou-se, inclusive em âmbito jurisprudencial, a admitir a aplicação do principio da

Fl. Nº 052/2014
Processo 078/2014

capacidade contributiva no IPTU, como visto, por exemplo, no RE 153.771 e 423768 / SP, a seguir transcritos:

> "Em vigor a Constituição Federal de 1988, o Plenário julgou o Recurso Extraordinário nº 153.771 (...)A óptica prevalente a partir do voto do Min Moreira Alves, embasou-se no caráter real do tributo, no que ligado a bem móvel. Mesmo assim, o Min Carlos Velosso, a partir da doutrina de Sacha Calmon e Mizabel Darzi, Geraldo Ataliba, Alcides Jorge da Costa, entre outros, procurou demonstrar que todos os impostos podem ficar sujeitos à capacidade econômica dos contribuintes.(...)"

> "Enfatizamos que a capacidade contributiva, para fins de tributação, por via de IPTU, é aferida **em função do próprio imóvel** (sua localização, dimensões, luxo, características, etc) e não da fortuna em dinheiro de seu proprietário. Não fosse assim, além da incerteza e insegurança, proliferariam situações deste tipo: pessoa pobre, mas que adquiriu caríssimo imóvel em período economicamente faustoso de sua vida profissional estaria a salvo do IPTU. (...) Portanto, **a capacidade contributiva revela-se, no caso do IPTU, com o próprio imóvel urbano. Do contrário, não se teria mais mãos a medir**. Apenas à guisa de exemplo, dois proprietários de imóveis urbanos idênticos pagariam IPTUs diferentes só porque um deles é rico industrial e o outro, modesto aposentado. Não é isto obviamente que a Constituição quer.(...) 'Em suma, **o IPTU deve obedecer ao princípio da capacidade contributiva**, nos termos do já estudado art. 145, §1°, 1ª parte, da CF. (...) Assim, a EC 29/00 veio expressamente para autorizar a progressão do IPTU em razão do valor do imóvel, o que, como já demonstrado, não feriu as cláusulas pétreas da isonomia e da capacidade contributiva, muito pelo contrário, fortaleceu-as." (Trecho do inteiro teor do RE 423768)

Sobre o tema, já se manifestou este Instituto no parecer IBAM nº 2664/2013, nos seguintes termos:

Fl. Nº 053/2014
Processo 078/2014

"a despeito da nobre possivel propositura, para que esta se revele válida mister que o critério eleito pelo legislativo local para fins de concessão de isenção de IPTU, qual seja, para pessoas acometidas com câncer ou portadoras do virus HIV seja aliado a outro elemento passivel de aferir a capacidade contributiva destes, por exemplo, para os proprietários de um unico imóvel em que residam, uma vez que o critério ora escolhido, por si só, não atende ao princípio da capacidade contributiva, cuja observância se impõe ante a necessidade de se efetivar uma tributação em bases isonômicas, diante do que a propositura, tal como vislumbrada, não merecerá prosperar."

Por fim, como reiteradamente esclarecido, qualquer propositura legislativa deve obediência ao inafastável princípio da razoabilidade/ proporcionalidade, os quais o PL em tela, que concede isenção em termos demasiadamente amplos, parece também não atender.

Ante o exposto, conclui-se que a propositura em apreço, tal como apresentada, não reune condições para validamente prosperar.

É o parecer, s.m.j.

Ana Carolina Couri de Carvalho
Assessora Jurídica

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2014.

FL. Nº 054/2014

Processo 07812014

instituto brasileiro de administração municipal

PARECER

Nº 2721/2014[1]

- TB – Tributação. Isenção de IPTU a portadores de determinadas moléstias graves e requisitos legais.

CONSULTA:

A Câmara consulente indaga a respeito da constitucionalidade de PLC, de iniciativa parlamentar, que concede isenção de IPTU para portadores de moléstias graves.

A Consulta veio documentada.

RESPOSTA:

Inicialmente, cumpre esclarecer que nos termos do art. 146, III, da Constituição da República, cabe à lei complementar estabelecer **normas gerais** em matéria de legislação tributária, especialmente sobre as matérias dispostas neste mesmo dispositivo, a exemplo dos regramentos gerais sobre fato gerador, lançamento tributário, dentre outros temas explicitados.

Percebe-se, portanto, que a matéria em apreço não se confunde com as normas gerais em matéria de direito tributário que reclamam tratamento por lei complementar. A este respeito, especificamente, segundo o que dispõe o art. 150, §6º, da Constituição Federal (assim como o art. 155-A do CTN), para que seja concedida qualquer espécie de benefício fiscal pelos entes federados, é necessária aprovação de **lei formal específica**, sendo certo que o legislador se refere neste caso a uma **lei ordinária**, uma vez que a lei complementar exige quorum mais dificultoso de aprovação, não se revelando como a regra em nosso ordenamento juridico.

Desta forma, quanto à especie normativa adotada, **não** se trata

[1]PARECER SOLICITADO POR DRA. ALINE FLAVIANE DOS SANTOS ROSA,PROCURADORA - CÂMARA MUNICIPAL (HOLAMBRA-SP)

Fl. Nº 055/2014
Processo 07812014

de matéria reservada à lei complementar, nos termos do art. 146 da CRFB. Todavia, a utilização desta roupagem normativa, por si só, não tem o condão de viciar o objeto desta propositura, uma vez que o entendimento sufragado pela jurisprudência é o de que materialmente trata-se de norma com eficácia passiva de lei ordinária , que poderá, inclusive, ser alterada por simples lei ordinária, sem qualquer quórum qualificado de aprovação (parecer IBAM nº 0650/2014). No entanto, haja vista que se trata posicionamento jurisprudencial, considerando os dispositivos legais acima citados, recomenda-se a utilização espécie adequada, com vistas a evitar possíveis arguições de inconstitucionalidade, sob o ponto vista procedimental.

Feito o esclarecimento acima, cumpre rememorar que embora exista resistência por parte de alguns Tribunais, o entendimento perfilhado pelo STF é a de que a iniciativa para legislar sobre esta matéria tributária é concorrente ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, conforme farta jurisprudência colacionada no parecer IBAM nº 2342/2014, enviado ao Consulente.

Por outro lado, como já esclarecido em precedentes deste Instituto, é possível a iniciativa parlamentar nesta seara, restando, todavia, a sua eficácia condicionada à inclusão dos benefícios concedidos na Lei orçamentária anual e na Lei de diretrizes orçamentárias do exercício subsequente. Em outras palavras, como o orçamento de 2014 já está em execução e como a iniciativa legislativa em sede de elaboração e alteração de leis orçamentárias é privativa do Executivo tal isenção só surtirá efeito, quando entrar em vigor o próximo orçamento elaborado pelo Executivo, com base na legislação em vigor.

Caso não fosse assim, haveria clara alteração da previsão da receita do orçamento em curso pelo Legislativo, além de, por via transversa, violar a propria regra constitucional de iniciativa das leis orçamentárias.

Some-se a isto que qualquer medida desonerativa que traduza renúncia de receita deve vir acompanhada de comprovação dos requisitos do artigo 14 da LRF e seus incisos, quais sejam, estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois

Fl. Nº 056/2014
Processo 078/2014

seguintes (art. 14, *caput*) e a demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receitada lei orçamentária (art. 14, I) ou estar acompanhada de medidas de compensação (art. 14, II), devendo, ainda, atender às normas constitucionais orçamentárias (art. 165 § 2º da CRFB). Neste sentido, veja o Enunciado IBAM nº 08/02:

> "Concessão de isenção e incentivos fiscais. Na concessãoe manutenção de qualquer forma de renúncia fiscal deve atentar-se para os dispositivos constitucionais e legais pertinentes, eavaliar os seus impactos na implementação de projetos ouatividades de interesse da população, em decorrência dadiminuição, efetiva ou potencial, dos recursos financeiros. (Pareceres nº 0167/01; 0573/01; e, 0814/02)."

Ainda, conforme determina o Código Tributário Nacional, a isenção, **quando não concedida em caráter geral**, deve se efetivar por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e requisitos legais observando o prazo previsto para renovação do benefício (art. 179 do CTN). Portanto, nos termos da exegese do art. 179, § 1º do CTN, as isenções do IPTU devem ser renovadas antes de 1º de janeiro de cada ano.

Ultrapassadas estas questões, pretende-se conceder isenção de IPTU às pessoas portadoras do virus HIV, insuficiência renal crônica, bem como daquelas acometidas neoplasia (tumor maligno), presentes determinados requisitos legais.

Perceba que **o elemento fulcral para a constitucionalidade destes projetos de lei é o fato de o princípio da capacidade contributiva poder ser aferido** na medida em que o contribuinte em questão, por exemplo, é proprietário de apenas um imóvel em que reside. Com efeito, o princípio da capacidade contributiva concretiza o principio da isonomia tributária sob seu prisma substancial, na medida em que o tributo irá incidir considerando a manifestação de riqueza tributável dos contribuintes.

Fl. Nº 05 / 2014
Processo 07 8 / 2014

A despeito de a literalidade do texto constitucional, na regra inserta no seu art 145, §1º ao afirmar que "sempre que possível" os impostos serão graduados de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, o entendimento que melhor se coaduna com o princípio constitucional em tela é o de que tal princípio constitui verdadeiro norte para a efetivação de uma tributação em bases isonômicas.

Especificamente no que tange ao IPTU e ao principio da capacidade contributiva, antes do advento da Emenda Constitucional nº 29/2000, o entendimento jurisprudencial prevalente era o de que os impostos reais, tal como o IPTU, não se prestavam a revelar a capacidade contributiva, apenas se admitindo a progressividade na hipótese sancionatória prevista no art. 182,§4º da CRFB. Neste sentido, confira-se jurisprudência citada no parecer IBAM nº 2664/2013.

Contudo, em âmbito doutrinário, o entendimento sustentado por i. tributaristas, tal como Sacha Calmon Coelho, era o de que, ainda nos denominados impostos reais, o principio da capacidade contributiva, por constituir preceito que visa assegurar a isonomia tributária, deveria ser aplicado.

Com o advento da Emenda Constitucional 29/2000, passou-se, inclusive em âmbito jurisprudencial, a admitir a aplicação do principio da capacidade contributiva no IPTU, como visto, por exemplo, no RE 153.771 e 423768 / SP.

Sobre o tema, já se manifestou este Instituto no parecer IBAM nº 2664/2013, nos seguintes termos:

> "a despeito da nobre possivel propositura, para que esta se revele válida mister que o critério eleito pelo legislativo local para fins de concessão de isenção de IPTU, qual seja, para pessoas acometidas com câncer ou portadoras do virus HIV seja aliado a outro elemento passivel de aferir a capacidade contributiva destes, por exemplo, para os proprietários de um unico imóvel em que residam, uma vez que o critério ora escolhido, por si só, não atende ao princípio da capacidade contributiva, cuja observância se impõe ante a necessidade de se efetivar uma tributação em

Fl. Nº 058/2014
Processo 078/2014

bases isonômicas, diante do que a propositura, tal como vislumbrada, não merecerá prosperar."

Neste aspecto, note-se que a isenção em tela, de fato, observa este critério. Conforme preconizado no 1º, *caput*, desta propositura ""fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) o **proprietário de um único imóvel residencial, utilizado exclusivamente como sua residência.**"

Por fim, como reiteradamente esclarecido, qualquer propositura legislativa deve obediência ao inafastável princípio da razoabilidade/ proporcionalidade o qual, o PL em tela, parece também atender.

Ante o exposto, feita a ressalva de que não se trata de matéria reservada à lei complementar, atendidos os demais requisitos de ordem orçamentária, conclui-se que não vislumbram óbices para a tramitação da propositura em apreço.

É o parecer, s.m.j.

Ana Carolina Couri de Carvalho
Assessora Jurídica

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2014.

PARA CONFIRMAR A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO ENTRE NO ENDEREÇO ELETRÔNICO http://lam.ibam.org.br/confirma.asp E UTILIZE O CÓDIGO fei6ddgjlh

Fl. Nº 05 9 /2014
Processo 07 8 /2014

instituto brasileiro de administração municipal

PARECER

Nº 3414/2014[1]

- TB – Tributação. Projeto de lei. Isenção de IPTU. Emendas realizadas de acordo com recomendações constantes do Parecer IBAM 3319/2014. Análise.

CONSULTA:

A Câmara consulente, após as conclusões exaradas no parecer IBAM 3319/2014, solicita pronunciamento deste Instituto a respeito das emendas aditivas acrescidas.

RESPOSTA:

Como esclarecido no parecer IBAM 3319/2014, é possível a iniciativa parlamentar em matéria de isenção tributária, restando, todavia, a sua eficácia condicionada à previsão de medidas de compensação ou inclusão dos benefícios concedidos **na Lei orçamentária anual e na Lei de diretrizes orçamentárias** do exercício subsequente, disposição esta que poderia estar mais clara no art. 6º inserido pela emenda aditiva nº 2, que prevê genericamente o termo "nas leis orçamentárias."

Note-se, de qualquer sorte, que para que medida isencional, no plano fático, tenha o condão de validamente prosperar, além de atender aos requisitos de ordem fiscal, deverá o contribuinte comprovar, efetivamente no caso concreto, as condições e os requisitos necessários para sua obtenção, nos termos da lei formal instituidora da isenção, o que

[1]PARECER SOLICITADO POR DRA. ALINE FLAVIANE DOS SANTOS ROSA,PROCURADORA - CÂMARA MUNICIPAL (HOLAMBRA-SP)

Fl. Nº 06/12014
Processo 07/12014

instituto brasileiro de administração municipal

foi abstratamente (de forma correta) previsto na emenda aditiva nº1.

No mais, as emendas aditivas se harmonizam com as previsões constantes do parecer IBAM 3319/2014, o qual ora nos reportamos integralmente quanto às demais indagações suscitadas.

É o parecer, s.m.j.

Ana Carolina Couri de Carvalho
Assessora Jurídica

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2014.

PARA CONFIRMAR A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO ENTRE NO ENDEREÇO ELETRÔNICO http://lam.ibam.org.br/confirma.asp E UTILIZE O CÓDIGO ffh1fdhhgi

Fl. Nº 066/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CNPJ 67.172.312/0001-53

Secretaria da Câmara Municipal em 23 de Dezembro de 2014.

Á COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Em cumprimento ao artigo 211, parágrafo único da Resolução nº. 165/2012 (Regimento Interno) encaminho o ***Veto aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº012/2014,"Dispõe sobre isenção de pagamento de IPTU aos portadores de doenças graves e dá outras providências"., para exame e emissão do respectivo parecer.***

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADOR PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 77, inciso "V", do Regimento Interno.

Holambra, 23 de dezembro de 2014.

VEREADOR GÉZA FERENC GYORGY ÁRBOCZ
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

V I S T A

Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 77, inciso V do Regimento Interno, designo para relator do Projeto de Lei nº012/2014, o Vereador ***JESUS APARECIDO DE SOUZA.***

VEREADOR GÉZA FERENC GYORGY ÁRBOCZ
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Recebi 23 de Dezembro de 2014, os autos em referência.

Vereador _____
Relator Designado da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Fl. Nº 067/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra - SP

3) DECISÃO DA COMISSÃO:

Em análise ao Veto apresentado e em consonância com o relatório do Vereador Relator do Parecer, decide a Comissão competente, por **EXARAR PARECER CONTRÁRIO** ao **VETO APOSTO AO PLC Nº 012/2014** e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 23 de dezembro de 2014.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO

GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ
Vereador/Presidente

JESUS APARECIDO DE SOUZA
Vereador/Vice-Presidente

JOSÉ ZAN DA SILVA
Vereador/Secretário

LIDO EM SESSÃO
DE
02 / 02 / 2015
PRESIDENTE

Fl. Nº 069/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
1ª SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 02/02/2015, ÀS 19 HORAS.

PROPOSITURA: VETO TOTAL PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 012/2014

ASSUNTO: "DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IPTU AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOME	SIM/NÃO	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	N	
EDUARDO DA SILVA	S	
GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ	S	
JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN	S	
JESUS APARECIDO DE SOUZA	N	
JOSÉ ZAN DA SILVA	S	
MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA	N	
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL	S	
SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS	S	

VOTOS FAVORÁVEIS: 6

VOTOS CONTRÁRIOS: 3

AUSÊNCIAS:

RESULTADOS: Acatado

JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN
Vereadora/1ª Secretária

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Fl. Nº 070/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº. 005/2015 – Gabinete da Presidência

Câmara Municipal, em 03 de janeiro de 2015.

CÓPIA

Assunto: Encaminha resultado do Veto Total ao PLC 012/2014

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Com os meus respeitosos cumprimentos, no uso de minhas atribuições legais, sirvo-me do presente para comunicar a Vossa Excelência o Resultado do **Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº. 012/2014,** o qual foi apresentado e **aprovado** em Sessão Ordinária, realizada no dia 02 de fevereiro de 2015, nesta Casa de Leis.

Colocamo-nos a inteira disposição e apresentamos nosso apreço e consideração.

Cordialmente.

P.B Weel

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

PROTOCOLO
Prefeitura Municipal Est. Tur. Holambra
N.º da Ordem 599/2015
Fls. nº _____ Livro nº _____
Data da entrada 04 de
fevereiro de 2015
RESPONSÁVEL

A Sua Excelência o Senhor,
Dr. FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeitura Municipal
Estância Turística de Holambra

Fl. Nº 071/2014
Processo 078/2014

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.